

# IBGE altera limites de cinco municípios do Grande ABC



SÃO BERNARDO. Cidade saiu de 409.532 quilômetros quadrados em 2024 para 408.234 em 2025

## IBGE altera limites de cinco municípios do Grande ABC

No futuro, região pode ser afetada nos quesitos de planejamento urbano, políticas públicas e arrecadação; no País, foram 784 cidades

GABRIEL GADELHA gabrield@ibge.gov.br

O Grande ABC teve alterações nos limites territoriais de cinco cidades após a atualização anual realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Entre maio de 2024 e abril de 2025, o órgão revisou os limites de 784 municípios em todo o País como parte de um processo nacional.

Santo André passou de 175,782 km² em 2024 para 175,801 km² em 2025, um aumento de 0,019 km². Já São Bernardo teve redução de 1,298 km², de 409,532 km² para 408,234 km². Em São Caetano, a área cresceu 0,09 km², de 15,331 km² para 15,421 km². Diadema também registrou aumento, de 30,732 km² para 30,806 km², enquanto Mauá passou de 61,957 km² para 62,034 km². Ribeirão Preto e Rio Grande da Serra não tiveram alterações, mantendo 98,972 km² e 36,341 km², respectivamente.

No Brasil, a atualização considerou os 5.569 municípios, além do Distrito Federal e do Distrito Estadual de Fernando de Noronha. A área total do País passou a ser de 8.509.360,850 km², uma redução de 18,726 km² em relação ao valor anterior.

Segundo o IBGE, as revisões fazem parte da rotina anual de atualização dos limites municipais, com base na estrutura político-administrativa vigente. Os dados incorporam mudanças após o Censo Demográfico de 2022, estimativas populacionais recentes e outros ajustes consolidados na Mesa Municipal Digital, base cartográfica oficial

do instituto.

Essa base é fundamental para estruturar todas as etapas de coleta de dados, apuração, análise e divulgação de informações geográficas e estatísticas no País. É a partir dela que o IBGE calcula áreas, populações e organiza pesquisas oficiais.

As alterações nos limites não acontecem de forma aleatória. Elas podem ocorrer a partir de novas legislações que redefinem fronteiras entre cidades, decisões judiciais ou ainda pela adoção de tecnologias mais precisas, como imagens de satélite e dados georreferenciados.

Para o professor de Arquitetura e Urbanismo da USCS (Universidade Municipal de São Caetano), Enio Moro Junior, esse processo marca uma transição importante na forma de entender o território urbano.

"Essa atualização anual é muito necessária porque estamos migrando para um controle mais digital, por medidas orientadas por satélite, e vamos aceitando as dimensões reais de cada município."

O docente explica ainda que, historicamente, as delimitações eram feitas com base em referências menos precisas. "Havia, sim, uma imprecisão. E o caminho agora é trabalhar, futuramente, com bases georreferenciadas, com informações de satélite, para chegar a medidas mais exatas."

Apesar das mudanças, o impacto imediato tende a ser limitado no Grande ABC, já que as variações foram pequenas. "Neste primeiro momento, não há mudanças significativas, já que as altera-

ções foram modestas. No futuro, porém, isso pode impactar o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e outros impostos ligados ao uso do solo", esclareceu Moro.

### TECNOLOGIA

O docente de Arquitetura e Urbanismo também aponta que o uso dessas tecnologias já é realidade em diversos municípios. "Muitas cidades já utilizam imagens geradas por satélites para identificar construções não regularizadas e informar os proprietários. É um caminho que não tem volta."

Segundo Moro, os impactos em políticas públicas também devem ser graduais. "Se houver alterações mais significativas, isso pode inspirar novas políticas públicas, ampliar acesso a serviços ou reorganizar estruturas urbanas. Mas, neste momento, não deve haver impacto imediato no Grande ABC", afirmou.

Além disso, as ferramentas tecnológicas ampliam a capacidade de monitoramento urbano. "Com essas ferramentas, é possível identificar rapidamente expansões desordenadas, desmatamento, áreas de risco e até fenômenos como ilhas de calor. Isso traz novos instrumentos para planejar cidades melhores."

Para o futuro, a tendência é de maior uso dessas bases digitais na gestão urbana. "Essa é o caminho. As prefeituras vão precisar se adaptar e investir em tecnologia para acompanhar essas transformações. Esses dados permitem diagnósticos quase em tempo real sobre o território", finalizou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades Pagina: 3